

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A VARIAÇÃO ENTRE VERBO-SUJEITO NA 3ª PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Maria Lidiane de Sousa Pereira<sup>1</sup>

Aluiza Alves de Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** Intentamos, neste trabalho, analisar o comportamento da variável escolaridade sobre a variação na concordância verbal (CV) com sujeito na 3ª pessoa do plural (3PP) no Português Brasileiro (PB). Para cumprir tal interesse, realizamos um levantamento bibliográfico acerca dos estudos conduzidos à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]) ou Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) que observaram a manifestação do fenômeno em tela em diferentes regiões brasileiras e para os quais a variável escolaridade mostrou-se relevante. A partir dos resultados alcançados nos estudos de Anjos (1999), Sgarbi (2006), Monte (2007) e Monguilhott (2009), percebemos que o aumento da escolaridade converge para um uso maior de formas padronizadas. Por outro lado, o emprego de tais marcas tende a cair conforme diminuem os anos de escolarização possuídos pelos falantes. Esse fato pode indicar uma tendência de uso no que se refere à CV com a 3PP em função da variável escolaridade no PB falado em algumas regiões brasileiras.

**Palavras-chave:** Escolaridade. Concordância verbal. Teoria da Variação e Mudança Linguística.

**Abstract:** In this work, we aim to analyze the behave of the education variable upon the variation on the verbal agreement (VA) with the subject on the 3<sup>rd</sup> person of plural (3PP) on the Brazilian Portuguese (BP). To achieve that, we made a bibliographical review concerning the studies conducted by the Theory of the Variation and Linguistics Change (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]) or Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]) which observed the manifestation of the phenomenon in question in different Brazilian regions to which whom the education variable showed results. Through the results achieved on the researches of Anjos (1999), Sgarbi (2006), Monte (2007) and Monguilhott (2009), we realize that the increase of education converge with a higher use of standard forms. On the other hand, the use of such marks tend to disappear according to the years of education owned by the speakers. This fact can indicate a tendency on the use of what refers to the VA with the 3PP in function of the education variable of the BP spoken in some Brazilian regions.

**Keywords:** Education; Verbal agreement; Variation Theory and Linguistic Change.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (2014). Atua na área de Letras com ênfase em Linguística, Sociolinguística Variacionista e Língua Portuguesa. Atualmente, exerce a função de professora substituta no curso de graduação em Letras pelo Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA).

<sup>2</sup> Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1996), mestrado (2000) e doutorado (2007) em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2007). Atualmente é professora Adjunta K da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialectologia.

## Palavras iniciais

Desde que foram iniciados, ainda na década de 1970 com os trabalhos pioneiros de Naro e Lemle (1976), Lemle e Naro (1977), Naro (1981) e Guy (1981), para citar apenas alguns, os estudos sobre os aspectos da variação na concordância verbal (CV) com sujeito na 3ª pessoa do plural (3PP), realizados com dados do português brasileiro (PB), se multiplicaram e mostraram-se significativos para a compreensão dos mecanismos de variação da nossa língua. O fenômeno também se mostrou relevante para a observação dos processos de formação do chamado português popular brasileiro, tal como nos mostram estudos desenvolvidos por Lucchesi (2009), Naro e Scherre (2007), Araújo (2010, 2014), dentre outros.

Marcado por construções do tipo: **Eles não *consegue*** alcançar nosso ritmo, né?<sup>3</sup> *versus* **Aí, eles não *conseguem*** ter um bom rendimento, esse fenômeno, não raro, também é apontado como um dos divisores de duas delicadas dicotomias estabelecidas no PB, o popular e o culto (LUCCHESI, 2012). Neste sentido, basta lembrar que construções em que não se verificam as marcas de concordância padrão são quase que imediatamente associadas à linguagem de sujeitos desfavorecidos socioeconomicamente e quase sempre oriundos dos grandes centros urbanos (BORTONI-RICARDO, 2005). Em contrapartida, construções com marcas padrões de concordância entre verbo-sujeito na 3PP são relacionadas à linguagem de falantes situados em classes sociais mais favorecidas.

Tais pontos certamente aguçam o interesse de diferentes estudiosos, guiados por perspectivas e objetivos distintos, que propõem a observação do fenômeno em evidência. Aqui, interessa-nos discutir os principais resultados obtidos, para a variável escolaridade, nos trabalhos de Anjos (1999), Sgarbi (2006), Monte (2007) e Monguilhott (2009), todos ancorados na Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]), pois, a partir deles, procuramos observar com base em seus dados e estatísticas, como o fator escolaridade interfere no apagamento ou preservação das marcas de CV com sujeito na 3PP.

Tendo em vista o fato de que “a presença da marca de número na forma verbal não é categórica em nenhuma variedade do português brasileiro” (VIEIRA, 2007, p. 84), alguns sociovariacionistas tomam a variação na CV como foco de seus estudos e partem da hipótese, no que tange à variável escolaridade que, quanto maior for o nível de escolarização do falante, maior é a tendência de haver a preservação das marcas de solidariedade entre verbo-sujeito na

<sup>3</sup> Ilustrações retiradas de Monguilhott (2009, p. 88-89, destaques no original).

3PP, visto que esta é a forma padronizada, portanto, tida como o modelo a ser preservado em nossas salas de aula. Tal conjectura para o fator escolaridade não é formulada aleatoriamente, pois, é sabido que:

[...] a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as frequentam e das comunidades discursivas. Constata-se, por outro lado, que ela **atua como preservadora de formas de prestígio**, face a tendências de mudança em curso nessas comunidades (VOTRE, 2012, p. 51, grifos nossos).

A fim de obter um panorama sobre em que medidas tais conjecturas se sustentam, consideramos diferentes estudos sobre a variação na CV junto à 3PP realizados sobre o PB falado em quatro das cinco regiões do nosso país, conforme já mencionamos, foram eles: Anjos (1999), no falar pessoense; Sgarbi (2006), para variedades do Mato Grosso do Sul; Monguilhott (2009), no falar de Florianópolis e Monte (2007), em uma comunidade periférica de São Carlos. Esses estudos foram selecionados por meio de um apurado levantamento bibliográfico de trabalhos sociovariacionistas, para os quais a variável escolaridade mostrou-se pertinente.

Para a seleção desses estudos, estabelecemos quatro critérios: (i) a pesquisa deveria ter como aporte teórico a Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]); (ii) o estudo deveria ter sido realizado com base na linguagem oral de falantes devidamente situados em suas respectivas comunidades de fala; (iii) demos preferência aos estudos desenvolvidos nas últimas duas décadas e (iv) optamos por escolher uma pesquisa para cada região brasileira, embora não tenhamos estabelecido critérios para a seleção de trabalhos por estados. Frisamos que, até o término deste artigo, não tomamos conhecimento de pesquisas sobre o fenômeno em tela na região Norte do Brasil, indício de que, apesar de ser um fenômeno amplamente estudado no PB, ainda é possível verificar a carência de estudos sobre ele em algumas regiões do nosso país, bem como a necessidade de redobramos nossos esforços para tentar compreendê-lo em sua amplitude e complexidade.

Importante frisar também que não localizamos trabalhos com amostras totalmente compatíveis que atendessem aos nossos interesses e critérios. Assim, os trabalhos discutidos aqui apresentam estratificações, no que se refere à variável escolaridade, bastante diferenciadas. Por essa razão, nem sempre foi possível estabelecer comparações entre os resultados obtidos para todos os níveis das amostras. Diante disso, procuramos observar, antes de tudo, como diferentes níveis de escolaridade interferem no fenômeno de variação discutido no interior das comunidades de fala observadas.

Além desta introdução, este texto apresenta mais três seções. Na seção um, discutimos alguns pontos acerca da observação da variável escolaridade dentro da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]) e algumas implicações para a variação na CV no cenário pedagógico. Na seção dois, observamos os resultados para a escolaridade a partir dos trabalhos selecionados, os quais foram devidamente comentados em ordem cronológica. Em seguida, tecemos algumas considerações, às quais se seguem nossas referências.

### **A variável escolaridade e a Teoria da Variação e Mudança Linguística: apontamentos para a concordância verbal e o ensino de língua materna**

Em meados da década de 1960, assistimos ao surgimento de diversas áreas pautadas em posturas externalistas como a Sociolinguística Variacionista, Pragmática, Semântica Enunciativa, Linguística Textual, Análise do Discurso, dentre outras, para o estudo dos fatos da linguagem contra as abordagens imanentistas que impregnaram o cenário da Linguística, pelo menos até a primeira metade do século passado. Entre elas, destacamos a Sociolinguística que também costuma ser denominada de a Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]). Para essa vertente, analisar como determinados fatores de natureza social influenciam os diversos fenômenos de variação linguística é tarefa trivial. Com isso, essa postura marcou um novo modo de analisar a linguagem verbal, conforme nos indica Camacho (2013, p. 19):

A chamada sociolinguística variacionista representou, nos anos 1960, uma ruptura significativa com o tipo formalista de tratamento teórico mediante a introdução do conceito de variável linguística. Mais especificamente, esse enfoque passa pelos procedimentos heurísticos de análise da variação e, por conseguinte, da relevância dos mecanismos internos, para equacioná-la a uma teoria da linguagem, e a mecanismos externos, para equacioná-la a uma teoria da sociedade.

De fato, a elaboração de um programa de estudos que possibilitasse a análise dos fenômenos de variação verificáveis nas línguas naturais significou uma grande virada no modo de fazer linguística do século passado. As variantes linguísticas, antes relegadas a segundo plano, por não possuírem função no processo comunicativo (CAMACHO, 2012), foram tomadas como objeto de estudo e o interesse por regras variáveis, ou seja, aquelas “que permitem que, em certos contextos linguísticos, sociais e estilísticos, falemos de uma forma e, em outros contextos, de outra forma” (COELHO *et al.*, 2015, p. 60) ao lado das regras

categóricas, abriram um novo leque de possibilidades para a contemplação do fenômeno linguístico.

A partir disso, defendeu-se que nenhum fenômeno variável acontece de forma aleatória e sem regularidade. Muito pelo contrário, a língua é, sobretudo, um sistema heterogêneo e organizado (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Todo e qualquer fenômeno variável obedece, portanto, a uma série de regras e sub-regras e, embora o falante tenha à sua disposição duas ou mais variantes linguísticas – dependendo do fenômeno de variação – podendo alternar seus usos nas mais diferentes situações de interação, o uso de uma ou de outra é sempre condicionado por fatores internos e/ou externos ao sistema.

Desse modo, vimos que, desde o início, os sociovariacionistas assumiram que apenas a observação da atuação de elementos internos ao sistema sobre determinados fenômenos variáveis não daria conta da complexidade que os rodeia. Daí, a articulação de fatores internos a fatores externos, o que faz com que a Sociolinguística Variacionista oscile entre as ciências da língua e das sociedades.

Assim, fatores como o sexo, a origem geográfica, a faixa etária, o nível de escolarização, a etnia, classe social entre outros, antes postos em segundo plano – quando não excluídos – começaram a ser vistos como meios para obter-se um quadro significativo acerca da identidade social do falante durante uma situação real de interação verbal, assumindo-se que eles atuam fortemente sobre seus comportamentos linguísticos. Neste trabalho, ênfase é dada ao fator escolaridade, verticalizando-o aos estudos do fenômeno de variação entre verbo-sujeito na 3PP, amplamente reconhecido como uma regra variável no PB, até mesmo nos contextos em que as gramáticas apontam como obrigatório o emprego de marcas plurais tanto no sujeito como no verbo.

A esse respeito, convém mencionar que a tradição normativa – sem levar em consideração possíveis influências estilísticas ou contextuais – recomenda, por exemplo, que, em construções com sujeito simples e plural haja, obrigatoriamente, o emprego de marcas plurais no verbo (cf. BECHARA, 2001; CUNHA; CINTRA, 2013). Ao lado de tais regras, encontramos um número excessivo de recomendações para a CV, o que certamente acaba “dificultando seu ensino e aprendizagem, levando o usuário da língua a um estado de insegurança ao fazer uso desse processo sintático” (ANJOS, 1999, p. 45).

De igual modo, tomam-se como pontos facultativos: (i) construções com sujeito composto; (ii) estruturas em que o SN (sujeito) é marcado por um elemento de estrutura complexa, como expressões partitivas ou núcleo coletivo singular, dentre muitos outros (cf. BECHARA, 2001; CUNHA; CINTRA, 2013). Nestes casos, os falantes podem, sem que

sejam acusados de cometer desvios gramaticais, optar por empregar ou não, marcas de concordância plural.

A exemplo da concordância nominal e outros fenômenos variáveis de nossa língua, a variação na CV junto à 3PP é, como já sinalizamos, um fenômeno socialmente marcado. Isso porque, a ausência de marcas de concordância padrão é mal avaliada pela tradição escolar que insiste em tomar apenas uma das variantes – com marcas de concordância – como correta e, a usa como um dos pontos para dissociar a linguagem padrão da não padrão (ANJOS, 1999).

Assumindo que não há nada, do ponto de vista linguístico, capaz de classificar as variantes não padrão como inferiores às demais, não surpreende que esse tipo de postura seja uma das maiores e mais preocupantes violências simbólicas praticadas contra determinados sujeitos por meio da língua. Afinal, à medida que se excluem algumas formas linguísticas, excluem-se também seus usuários (BAGNO, 2010).

Em estudo similar a este, Silva e Paiva (1996) constataram que a maior proximidade do falante com o ambiente escolar tende a induzi-lo ao uso das variantes prestigiadas. Além disso, as autoras indicam que os falantes, ao manterem contato com o ambiente escolar, tomam gradativamente consciência das atribuições de valores negativos e positivos às formas variantes, não por questões próprias a elas, mas sim, por avaliações sociais. De acordo com Votre (1992, p. 52, grifos nossos):

A forma estigmatizada tende a despertar uma reação negativa na maioria dos usuários da língua, é objeto de crítica aberta por parte dos usuários das formas prestigiadas e é registrada **como problemática nas gramáticas escolares e nos manuais de ensino e estudo da língua, sobretudo nos cursos de primeiro e segundo graus.**

Assim como os referidos estudiosos, não pretendemos sugerir que os materiais didáticos adotados pelas instituições de ensino e que, conseqüentemente, trazem consigo um modelo de língua já eleito, uniformizado, devam ser abolidos. Pretendemos, por outro lado, chamar a atenção para o fato de que a eleição e preservação de determinadas formas linguísticas por parte da escola em detrimento de outras, não deve servir como meio de exclusão ou assegurar rejeições por parte dos falantes acerca de determinadas variedades linguísticas. Neste sentido, os inúmeros achados das pesquisas sociovariacionistas comprovam que por trás do aparente caos da variação, há um sistema pleno e bem regulamentado (TARALLO, 1985) e que, nenhuma forma carrega em si mais potencialidades do que outra, numa perspectiva estritamente linguística.

Frente a tais questões, acreditamos que se nossas escolas redobrassem os esforços para mostrar a validade e, conseqüentemente, a necessidade de adequarmos nossas formas

linguísticas às mais diversas situações de interação, as noções de adequado e inadequado, relevantes para o tratamento da variação, deixariam de ser usadas para encobrir velhas e infundadas noções como certo e errado (SCHERRE, 2013). Neste sentido, nossas escolas estariam, de fato, dando um passo importante rumo a um modelo de ensino de língua mais produtivo e democrático (FARACO, 2007).

Uma vez assumidas as possíveis relações que os níveis de escolarização mantêm com o uso e preservação de determinadas formas linguísticas, procura-se a partir do aporte teórico-metodológico ofertado pela perspectiva sociovariacionista, analisar o *quantum* com que esse fator interfere no uso de uma ou de outra variante linguística, visto que:

O problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição. No uso real da língua, que constitui o dado do linguista, seja na forma falada ou na forma escrita, tais categorias se apresentam sempre conjugadas; na prática, a operação de uma regra variável é sempre o efeito da atuação simultânea de vários fatores (NARO, 2012, p.16-17).

Além de sua consistência metodológica, as pesquisas sociovariacionistas oferecem bases sólidas para a quebra da ilusão da deficiência verbal, ao passo que comprovam, por meio de dados e estatísticas, a validade e autenticidade de nossas variantes linguísticas. A esse respeito, reconhecemos o inestimável valor das palavras de Labov (1969, p. 180, aspas no original, tradução nossa)<sup>4</sup>: “O serviço mais útil que pode ser prestado pelos linguistas hoje em dia é limpar a ilusão da ‘deficiência verbal’ e oferecer uma noção mais adequada das relações entre dialetos padrão e não padrão”.

Assim, percebemos, dentre outras coisas, que a escola atua fortemente nas sociedades, em função das línguas, não somente quando busca oferecer aos nossos estudantes contato com variedades prestigiadas, mas também diante de processos de variação e mudança linguística. E, embora muito já tenha sido feito pelas pesquisas sociolinguísticas variacionistas com o intuito de melhorar o tratamento dos fenômenos de variação linguística no âmbito escolar, os papéis de nossas escolas frente a esses fenômenos ainda carecem de reflexões e empreendimentos no sentido de melhorá-los, afinal, nos parece consenso dentre os estudiosos da diversidade linguística que:

[...] a atuação da escola e da mídia é um fator que busca homogeneizar a língua em todo o território brasileiro, independentemente das divisões sócio-geográficas. Essa pretensa homogeneização se dá rumo à fala urbana, que, por sua vez, caminha em

<sup>4</sup> No original: “*The most useful service which linguists can perform today is to clear away the illusion of 'verbal depravation' and provide a more adequate notion of the relations between standard and nonstandard dialects*” (LABOV, 1969, p. 180).



direção à língua padrão, à língua dos nossos colonizadores europeus, já que, até hoje, é a língua portuguesa (e não o português brasileiro) que ocupa o lugar central (e/ou único) nas escolas brasileiras, bem como nos meios de comunicação em massa (RIBEIRO; LACERDA, p. 96, 2013).

Os apontamentos de Ribeiro e Lacerda (2013) vão ao encontro das palavras de Votre (2012) destacadas na introdução deste trabalho, ao refletirem sobre a atuação da escola no comportamento dos estudantes brasileiros. Em ambos, é possível perceber uma notória preocupação com a força padronizadora com a qual as instituições de ensino tendem a operar diante de variedades, principalmente das desprestigiadas, com as quais muitos jovens e adolescentes entram no ensino formal de língua materna.

Para nós, explícita também está a tentativa de chamar atenção para as violências que, não raro, são cometidas através de ações padronizadoras, refreadoras. Isso porque, conforme também já apontamos, há, em meio a esse tipo de atitude, uma série de violências cometidas em função das identidades sócio-históricas dos falantes do português do Brasil. Afinal, na tentativa de homogeneização linguística, realidades plurais, que encontram na língua uma de suas maiores e mais importantes formas de manifestação, são negadas e, conseqüentemente, excluídas.

Colocados tais pontos, apresentamos, na seção seguinte, alguns dos principais resultados alcançados por sociovariacionistas, ao analisarem a atuação da variável escolaridade sobre a variação na CV com a 3PP. Para tal seção, pressupomos que o leitor possua alguma familiaridade com os princípios metodológicos da pesquisa variacionista, o que naturalmente não nos impediu de tentar abordá-los de forma o mais simples e resumidamente possível, ainda que reconheçamos os perigos desse tipo de abordagem, pois, ao passo que procuramos sintetizar os resultados alcançados, corremos o risco de deixar escapar pontos que o leitor pode julgar significativos para sua compreensão.

### **A variável escolaridade e o fenômeno de CV junto à 3PP do plural no PB sob olhares sociovariacionistas**

Em consonância com as proposições discutidas acima, estudos como o de Anjos (1999), Sgarbi (2006), Monte (2007) e Monguilhott (2009) procuraram medir a influência da variável escolaridade sobre a CV com a 3PP, a fim de observar em que medida esse fator influencia o uso variável do fenômeno em foco em suas respectivas comunidades de fala.

O estudo de Anjos (1999) trata do falar de João Pessoa – PB, sendo seus dados extraídos do Projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba - VALPB (HORA, 1993). Os



informantes de sua pesquisa foram estratificados, segundo a escolarização, em: nível I (sem escolaridade); II (primeiro ciclo do Ensino Fundamental); III (Fundamental completo); IV (Ensino Médio) e V (Ensino Superior). No referido estudo, a escolarização foi o primeiro fator selecionado pelo pacote de programas computacionais denominado VARBRUL<sup>5</sup>.

Com base nos dados fornecidos pelo programa, foi apontado que falantes sem escolarização formal tendem a usar menos a variante padrão, com apenas 30% de frequência de uso e peso relativo<sup>6</sup> (PR) igual a 0.26. Para o segundo subgrupo, a percentagem, em função do uso da mesma variante, foi de 35% com PR de 0.34. Nos terceiro e quarto níveis, os percentuais para a aplicação das regras de concordância foram de 55% e 68% e pesos 0.50 e 0.63, respectivamente. Enquanto que, os índices de uso para a variante padrão atingidos por falantes do quinto grupo foram de 74% e PR de 0.69.

Tais resultados indicam uma tendência quanto ao emprego das marcas de concordância em função da variável escolaridade na comunidade em questão. Ou seja, quanto mais anos de escolaridade o falante possuir, maiores as chances de ele fazer uso das formas apontadas como padrão pela tradição escolar. Em sentido oposto, um menor contato com o ambiente escolar tende a desfavorecer a manutenção de formas linguísticas consagradas pela escola. E, embora o grupo dos informantes com o ensino fundamental completo tenha se mostrado neutro com PR de 0.50 diante do uso da CV padrão, os resultados de Anjos (1999) apontam uma clara gradação no aumento de tal variante em conformidade com o aumento dos anos de escolaridade dos falantes. Vale mencionar que essas eram as hipóteses iniciais levantadas pela autora.

Em Sgarbi (2006), os dados da pesquisa foram coletados com base em amostra de linguagem falada em 30 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul e retirados do Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS. A variável escolaridade foi controlada mediante estratificação dos falantes em três níveis diferentes: I (nula), II (Ensino Fundamental Incompleto) e III (Ensino Fundamental Completo).

---

<sup>5</sup> O VARBRUL é um pacote de programas computacionais, bastante usado pelos variacionistas, que descreve padrões de variação entre formas variantes e fornece cálculos, apontando a frequência de uso e o peso para cada uma delas (GUY; ZILLES, 2007). Foi introduzido por Rousseau e Sankoff em 1978 (Cf. PINTZUK, 1988). Atualmente, muitos estudiosos têm trabalhado também com o GoldVarb X, uma versão do VARBRUL para o ambiente do *Windows* (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005). Em todos os trabalhos considerados aqui, os autores utilizaram um desses programas.

<sup>6</sup> É denominado de peso relativo a indicação do efeito que cada fator selecionado exerce sobre as variantes que compõem um dado fenômeno variável. Em termos simples, é interpretado como favorável, para uma variável binária, isto é, que comporta duas variantes linguísticas - caso do fenômeno tratado neste trabalho - se o valor for superior a 0.50, como inibidor se for inferior a 0.50 e, como neutro se for igual a 0.50. (SCHERRE; NARO, 2012; GUY; ZILLES, 2007).

A partir das rodadas no VARBRUL, verificou-se que os menores índices para o uso da concordância foram atingidos por falantes com escolaridade nula. De acordo com os dados dessa pesquisa, a frequência de uso das formas verbais em conformidade com as regras impostas pela tradição escolar, por falantes sem escolarização, foi de apenas 22% e PR igual a 0.24. Em contrapartida, registraram-se, no comportamento de falantes com fundamental incompleto, índices maiores para a frequência de concordância padrão, isto é, de 35%, embora o PR de 0.40 aponte o seu não favorecimento para a concordância padrão. Em sentido contrário, vemos que os falantes com fundamental completo atingiram um percentual de 69% e PR de 0.70 para a manutenção das marcas de concordância, o que os eleva à condição de grandes aliados do uso da forma padronizada.

Os resultados alcançados por Sgarbi (2006) vão ao encontro dos resultados obtidos por Anjos (1999) apontando novamente a tendência de que quanto maior for o grau de escolaridade do falante, maiores serão as chances de os falantes preservarem, em suas interações linguísticas, formas padronizadas e geralmente tidas como de prestígio, ao passo que, menores índices de preservação de tais marcas são registrados no comportamento de falantes com pouco ou nenhum grau de escolaridade. Tais resultados também confirmaram as hipóteses inicialmente lançadas por Sgarbi (2006).

Em Monte (2007), o fenômeno em foco foi observado em uma comunidade periférica de São Carlos – SP, a partir de dados coletados em 20 entrevistas sociolinguísticas, elaboradas pelo estudioso. Seus informantes eram homens e mulheres da comunidade que possuíam escolaridade nula ou cursavam o ensino fundamental pelo EJA e oriundos das regiões Norte e Sul/Sudeste. A variável escolaridade, em conformidade com o que era esperado pelo autor, apontou que os falantes não escolarizados tendem a realizar com menor frequência (19% e PR de 0.40) a concordância padrão do que os falantes escolarizados pelo EJA (31% e PR igual a 0.60). Para o estudioso, tais resultados indicam que “a escolarização, mesmo supletiva, influencia o fenômeno variável de concordância verbal” (MONTE, 2007, p. 98).

Monguilhott (2009), por sua vez, observou a variação na concordância verbal com a 3PP no falar de quatro comunidades de Florianópolis, a saber: Ribeirão da Ilha, Costa da Lagoa, Ingleses e Centro, sendo as duas primeiras de origem rural e as duas últimas de origem urbana. Aqui, os informantes da pesquisa foram estratificados, segundo a escolarização, em jovens/Ensino Fundamental, jovens/Ensino Superior, velhos/Ensino Fundamental e velhos/Ensino Superior. Chamamos atenção para o fato de que a autora opta por analisar a variável escolaridade a partir de uma relação direta com a faixa etária de seus informantes, assumindo assim, a interdependência entre elas.

A exemplo dos três primeiros estudos, Monguilhott (2009) registrou que falantes jovens/Ensino Fundamental, dentro da comunidade estudada, tendiam a realizar a CV com a 3PP em proporção notavelmente menor do que os falantes jovens/Ensino Superior. Para estes, a frequência de uso das marcas de concordância foi igual a 89% e PR de 0.74, já aqueles atingiram 72%, com PR 0.32, no que concerne à preservação das marcas padronizadas. Da mesma forma, falantes velhos/Ensino Fundamental realizaram menos a concordância com percentagem e PR iguais a 67% e 0.28, enquanto que falantes velhos/Ensino Superior realizaram mais a concordância com percentagem de 88% e PR igual a 0.54.

Assim, os dados apontam que independente de ser mantido contato regular com instituições de ensino, afinal, os falantes tidos como velhos já estavam há um tempo considerável afastados da escola, o maior grau de escolaridade, mostra-se, de fato, favorecedor do uso de formas padronizadas. Em sentido contrário, quanto menor for o contato do falante com a escola, menores as chances de ele usar as formas de prestígio.

Para que possamos visualizar melhor os resultados obtidos nos estudos considerados, observemos a tabela abaixo:

**Tabela 1: Frequência de uso da CV com a 3PP, segundo os estudos analisados em função da variável escolaridade.**

<b>Estudo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
<b>Anjos (1999)</b>	<b>Nula</b>	<b>30%</b>	<b>0.26</b>
	<b>Fundamental I</b>	<b>35%</b>	<b>0.34</b>
	<b>Fundamental II</b>	<b>50%</b>	<b>0.50</b>
	<b>Ensino Médio</b>	<b>68%</b>	<b>0.63</b>
	<b>Ensino Superior</b>	<b>74%</b>	<b>0.69</b>
<b>Sgarbi (2006)</b>	<b>Nula</b>	<b>22%</b>	<b>0.24</b>
	<b>Fundamental Incompleto</b>	<b>35%</b>	<b>0.40</b>
	<b>Fundamental Completo</b>	<b>69%</b>	<b>0.70</b>
<b>Monte (2007)</b>	<b>Nula</b>	<b>19%</b>	<b>0.40</b>
	<b>EJA</b>	<b>31%</b>	<b>0.60</b>
<b>Monguilhott (2009)</b>	<b>Jovens/ Ensino Fundamental</b>	<b>72%</b>	<b>0.32</b>
	<b>Velhos/ Ensino Fundamental</b>	<b>67%</b>	<b>0.28</b>
	<b>Jovens/Ensino Superior</b>	<b>89%</b>	<b>0.74</b>
	<b>Velhos/Ensino Superior</b>	<b>88%</b>	<b>0.54</b>

Fonte: Elaboração nossa.

Ao compararmos os dados obtidos por Anjos (1999) e Sgarbi (2006), para falantes com escolaridade nula, percebemos que os resultados, em termos de peso relativo, foram bastante próximos. Já em Monte (2007), que também considerou falantes com escolaridade nula, o valor obtido para o peso relativo mostrou-se maior em relação aos resultados das duas pesquisas referidas anteriormente, o que não altera o fato de que, também em Monte (2007), a ausência de ensino padronizado desfavoreceu o uso da variante padrão.

Essa última constatação converge para os resultados obtidos com os níveis referentes ao ensino fundamental nos trabalhos de Anjos (1999), Sgarbi (2006) e Monguilhott (2009).

Neles, notamos um aumento nos índices de uso da forma padronizada para a CV com a 3PP em relação aos dados obtidos a partir do comportamento de indivíduos sem escolarização. Contudo, não nos é possível afirmar que temos aí o favorecimento das formas padronizadas, afinal, nos resultados obtidos pelos três estudos citados, os pesos ficaram abaixo de 0.50.

Com isso, vemos que o uso das marcas impostas pela tradição normativa para a concordância entre verbo-sujeito na 3PP são mais bem preservadas no comportamento de falantes com maiores anos de escolarização. Pois, tanto em Anjos (1999) como em Monguilhott (2009), os pesos para falantes com Ensino Superior foram maiores do que 0.50. Importante salientar que no último estudo, o PR de 0.54, para falantes velhos/Ensino Superior, manteve-se próximo ao ponto neutro, indicando assim, os falantes jovens/Ensino Superior com PR igual a 0.74 como os grandes favorecedores da concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP dentro das comunidades estudadas por Monguilhott (2009).

Posto isto, não podemos deixar de mencionar que a variável em questão mantém relações bastante estreitas com outras variáveis, sejam elas de natureza linguística e/ou sociais. Juntas, e nunca isoladamente, tais variáveis exercem força sobre os usos da variante padrão ou não padrão no trato da CV com a 3PP. Isso fica claro, por exemplo, ao observarmos a forma como Monguilhott (2009) aborda a escolaridade em seu estudo. Ou seja, já assumindo a interdependência entre ela e a variável faixa etária, a autora recusa-se a tratá-las separadamente. Isso não significa dizer que os demais pesquisadores não reconheçam essa possível interdependência, mas sim, que apenas permitem que os fatores escolaridade e faixa etária sejam testados, ao menos de início, separadamente.

Assim, as relações entre as variáveis controladas nos estudos comentados brevemente podem ser mais bem observadas através dos chamados cruzamentos estabelecidos entre elas. Observar detidamente cada um deles seria tarefa inviável em um espaço como o deste texto. Por isso, e também para que o leitor mais interessado nas questões que abordamos aqui possa obter mais detalhes, recomendamos a leitura das referidas pesquisas na íntegra.

### **Algumas considerações**

Conforme procuramos mostrar ao longo de nossas discussões, o fenômeno de variação na CV com a 3PP, bastante presente no PB, faz parte do arcabouço do complexo sistema

dinâmico de nossa língua. Suas manifestações há tempos vêm sendo observadas por estudiosos ligados a vertentes diferentes no âmbito das ciências da linguagem. Algumas das maiores contribuições para sua compreensão são dadas por estudos sociovariacionistas que comprovam a sistematicidade e validade das variantes que o compõe e asseguram que o uso de uma ou de outra está diretamente relacionado a fatores próprios ao sistema ou externos a ele.

Um dos mais significativos, como vimos, é a escolaridade. Para esse fator, os resultados alcançados nos estudos de Anjos (1999), Sgarbi (2006), Monte (2007) e Monguilhott (2009) apontam uma espécie de tendência, isto é, o uso da variante prestigiada aparece com maior frequência no comportamento linguístico de indivíduos com grau de escolaridade maior do que daqueles que possuem pouca escolaridade.

Tais constatações convergem para o fato evidente de que a privação de uma educação formal afasta o indivíduo das formas linguísticas prestigiadas e, conseqüentemente, rouba deles a possibilidade de exigirem as mesmas oportunidades que aqueles com níveis de escolaridade mais elevados (CYRANKA; PERNAMBUCO, 2008). Em uma sociedade, cuja distribuição de renda é notavelmente desigual, caso do nosso país, essa problemática torna-se ainda mais latente.

Diante disso, ressaltamos que às questões abordadas aqui vêm somar-se outras de extrema complexidade e, embora não nos seja possível, dentro do espaço de um trabalho como este, tratar detidamente boa parte delas, cremos que conseguimos abordar algumas delas, ainda que superficialmente. Assim, não pretendemos mostrar apenas a influência direta da escolaridade sobre o uso variável de um fenômeno que comporta em si questões bastante delicadas a partir de diferentes amostras de fala, mas através dele, reforça a urgência de rever nossos padrões de eleições de formas linguísticas e a necessidade latente de não privarmos nossos cidadãos do acesso à educação formal, sempre procurando levar em consideração fatores sócio-culturais dos estudantes brasileiros.

## Referências

ANJOS, S. E. dos. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses*. 1999, 140f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Universidade Federal da

Paraíba, João Pessoa-PA, 1999. Disponível em [http://issuu.com/valpb/docs/um\\_estudo\\_variacionista\\_da\\_concord](http://issuu.com/valpb/docs/um_estudo_variacionista_da_concord). Acesso em: 16 jan. 2015.

ARAÚJO, S. de F. 5º Encontro Açoriano da Lusofonia. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): A história externa em foco. Florianópolis. Atas/ Anais... 2010, p. 367-381. Disponível em <http://www2.uefs.br/nelp/angola/arquivos/339.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: Sociolinguística e socio-história do português brasileiro*. 2014, 342f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia - BA, 2014. Disponível em: <http://www.ppglinc.lettras.ufba.br/sites/ppglinc.lettras.ufba.br/files/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL%20Silvana%20Silva%20de%20Farias%20Araujo.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BAGNO, M. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. São Paulo-SP, Parábola, Editorial. 2010.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. 15ª reimpr. Rio de Janeiro-RJ, Lucerna, 2001.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós Chegamos na escola, e agora?* Sociolinguística na sala de aula. São Paulo-SP, Parábola Editorial. 2005.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística parte II. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística vol. I: domínios e fronteiras*, São Paulo-SP, Cortez Editora, 9 ed. 2012, p. 51-83.

\_\_\_\_\_. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo-SP, Parábola, 2013.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. de; MAY, G. H. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo-SP, Editora Contexto (Coleção para conhecer linguística), 2015.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro-RJ, Editora Nova Fronteira, 2013.

CYRANKA, L. F. M.; PERNAMBUCO, D. L. C. A língua culta na escola: uma interpretação sociolinguística. *Instrumento*, Juiz de Fora-MG, v. 10, 2008, p. 1-9. Disponível em: [http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/A-1%C3%ADngua-culta-na-escola-uma\\_interpre%interpreta% C3% A7% C3% A3o-sociolingu%C3%ADstica.pdf](http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/A-1%C3%ADngua-culta-na-escola-uma_interpre%interpreta% C3% A7% C3% A3o-sociolingu%C3%ADstica.pdf). Acesso em: 23 Mar. 2015.

FARACO, C. A. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREA, D. A. (Org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo-SP, Parábola Editorial, 2007, p.21-43.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo-SP, Parábola Editorial, 2007.

GUY, G. R. *Linguistic variation in brazilian portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. 1981, 383f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-



Graduação em Linguística, Faculdade da Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia, 1981. Disponível em: <http://repository.upenn.edu/dissertations/AAI8117786/>. Acesso em: 04 set. 2015.

HORA, D. da. *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba*. João Pessoa: DLCV/UFPB, 1993. Disponível em: <http://valpb.com.br/quem-somos/>. Acesso em 24 abr. 2016.

LABOV, W. *The Logic of Nonstandart English*. Columbia University, 1969, p. 60-74. Disponível em: <http://eric.ed.gov/?id=EJ014801>. Acesso em: 13 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo-SP, Parábola Editorial, [1972] 2008.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências Básicas do Português Mobral*. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo. Loyola, 3ª ed. 2012.

\_\_\_\_\_.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. da. A concordância verbal. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador-BA, EDUFBA. 2009, p.37-52.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PE e no PB*. 2009, 229f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92838/268683.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MONTE, A. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007, 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara – SP, 2007. Disponível em: [http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/178001?locale=es\\_ES](http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/178001?locale=es_ES). Acesso em: 02 fev. 2015.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2012, p.15-31.

\_\_\_\_\_. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language: LSA*, v. 57, n. 1, 1981, p.63-98. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/414287?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/414287?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo-SP, Parábola Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: ST EEVER, S. B. et al. (Orgs.). *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago, Linguistic Society, 1976, p. 221-241.



PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Rio de Janeiro-RJ, UFRJ, 1988.

RIBEIRO, P. R. O.; LACERDA, P. F. A. da C. Variação, Mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. *Revista Linguística*, v. 09, número 2, dezembro de 2013, p.91-105. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1bWqtlL1kJ:www.revistalinguistica.letras.ufrj.br/index.php/revistalinguistica/article/download/77/205+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONT, S. A; SMITH, E. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em 17 Jan. 2016.

SCHERRE, M. M. P. Verdadeiro respeito pela fala do outro: realidade possível? *Revista Letra* (Rio de Janeiro), v. 1, 2013, p.51-62. Disponível em [www.ead.unb.br/...php/.../Linguagem%20e%20preconceito%204.pdf](http://www.ead.unb.br/...php/.../Linguagem%20e%20preconceito%204.pdf)? Acesso em: 27 Out. 2015.

\_\_\_\_\_.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2012, p. 147-177.

SGARBI, N. M. F. de Q. *A variação na concordância verbal entre os falantes do Mato Grosso do Sul*. 2006, 196f. Tese (Doutorado em Letras, Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103490>. Acesso em: 04 Abr. 2015.

SILVA, G. M.; PAIVA, M. C. A. de. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro –RJ, UFRJ, 1996, p. 335-378.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo-SP, Ática, 1985.

VIEIRA, S. R. Concordância Verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S.F. (Orgs.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2007, p.85-140.

VOTRE, S. J. Escolaridade. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. Cadernos didáticos. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ, 1992, p. 51-58.

\_\_\_\_\_. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo-SP. Editora Contexto, 2012, p.51-57.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de M. Bagno. São Paulo: Parábola, [1968], 2006.

